



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE - FANESE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SUZANA GLEICY ARAÚJO SOUZA

**O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA FISCAL: DA ESCRITURAÇÃO MANUAL À
ERA DIGITAL**

Aracaju – SE
2019.2

S719d

SOUZA, Suzana Gleicy Araújo

O desenvolvimento da escrita fiscal: Da escrituração manual a era digital / Suzana Gleicy Araújo Souza; Aracaju, 2019. 16p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Coordenação de Ciências Contábeis.

Orientador(a) : Prof: José Valter de Sá Santos.

1. Evolução da contabilidade 2. Contabilidade tributaria 3. Contabilidade digital 4. Sped.

657.4 (813.7)

Elaborada pela bibliotecária Lícia de Oliveira CRB-5/1255

SUZANA GLEICY ARAUJO SOUZA

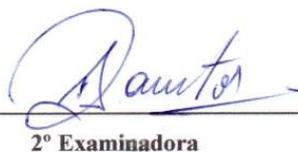
**O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA FISCAL: DA ESCRITURAÇÃO
MANUAL A ERA DIGITAL**

Artigo apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da FANESE, como requisito parcial e elemento obrigatório para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, no período de 2019.2.

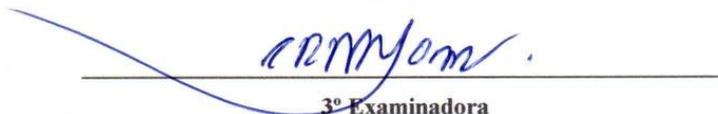
Aprovado (a) com média: 9,5



1º Examinador (Orientador)



2º Examinadora



3º Examinadora

Aracaju (SE), 07 de Dezembro de 2019.

O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA FISCAL: DA ESCRITURAÇÃO MANUAL A ERA DIGITAL ¹

SUZANA GLEICY ARAUJO SOUZA

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apresentar a evolução da escrituração fiscal ao longo do tempo. As transformações nos serviços contábeis, e como as modernizações dos processos, têm evoluído a profissão contábil, aperfeiçoando as técnicas de registros e as extrações de informações necessárias para o Fisco e para as empresas. Tais mudanças têm provocado grandes impactos na Contabilidade, destaca-se o surgimento da tecnologia e seus sistemas, que vêm transformando os livros fiscais, dando espaço ao arquivamento digital e inovadores procedimentos de sistemas, tal como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Diante desse contexto, os objetivos específicos são: analisar o desenvolvimento da Contabilidade, como também dos registros fiscais; demonstrar os processos de escrita fiscal que resultaram no progresso tecnológico da Contabilidade e apresentar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) como ferramenta da Era Digital. O problema estudado é: como os registros de escrituração fiscal e das informações manuais evoluíram para os registros tecnológicos digitais. Em torno desse questionamento, verificou-se a evolução histórica da forma de contabilizar desde o surgimento da civilização, abordando o impacto da era digital na Contabilidade Fiscal, que deixa de ser manual para se adequar aos sistemas tecnológicos. Conclui-se que a era digital provoca grandes mudanças e impactos na Contabilidade, na profissão contábil e nos processos de registro.

Palavras-chave: Contabilidade. Escrituração Fiscal. Evolução e Desenvolvimento da Contabilidade Fiscal

¹ Artigo apresentado à banca examinadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, em dezembro de 2019, como critério parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Orientador: Prof. Esp. José Valter de Sá Santos.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da sociedade os numerais não eram representados como hoje em dia, muito menos a forma de escrever. Desse modo, o modelo de contar era com pedrinhas para controlar os animais, guardando uma pedra para cada cabeça de animal, sendo assim, esse era o conjunto de todos os bens de sua propriedade, o que hoje em dia se pode denominar como inventário.

A contabilidade tem suas aparições desde a antiguidade, conforme surgia à necessidade de proteger bens, registrar as mudanças no patrimônio e de controlar a propriedade. Passando por diversas épocas e regiões pelo mundo seu crescimento ocorreu de forma bastante natural, se aperfeiçoando de acordo com as culturas e povos onde era praticada.

O uso da Contabilidade já era natural pelos povos primitivos que trabalhavam na agricultura e pecuária, utilizada para saber a quantidade de seu patrimônio, esses povos faziam uso de procedimentos de Contabilidade, existem evidências que seu surgimento precede a 4.500 a.C. Para se obter a perfeita compreensão da Contabilidade, é imprescindível, como parte essencial da sabedoria humana se fazer necessária retrocessão a suas extensas origens (SÁ, 2008, p.22).

Segundo Ludícibus (2009, p. 45) com o desenvolvimento da sociedade e da economia, o homem sentiu a necessidade de aumentar seu patrimônio e com isso houve a preocupação em guardar seus bens, dando início a era dos registros, algo simples e feito em cadernetas, mas que traria bastante evolução para a Contabilidade. No início da comercialização, os pequenos negócios tinham sua escrituração de forma manuscrita, com preenchimento de grandes livros de entrada e saída, que ocupavam grandes arquivos.

Com isso, essa pesquisa tem o objetivo geral de analisar a evolução dos processos da Contabilidade Fiscal e suas inovações ao longo dos anos de 2000 até 2019. Com isso, foram definidos como objetivos específicos tais como: analisar o desenvolvimento da Contabilidade, como também dos registros fiscais; demonstrar os processos de escrita fiscal que resultaram no progresso tecnológico da Contabilidade e apresentar o Sistema Público de Escrituração Fiscal (SPED) como ferramenta da Era Digital.

Como procedimento metodológico para coleta de dados foi necessária uma pesquisa bibliográfica, para verificação de ideologias e observação de posições em diversos materiais, trazendo o pesquisador para o contato com publicações anteriores sobre o determinado conteúdo (GIL, 2012). Sendo assim, o objeto da pesquisa foi observado com bastante cautela em relação a sua veracidade, verificando a fonte buscada com o máximo de rigor possível.

Os procedimentos mecanizados de escrituração tiveram uma transformação com as máquinas de datilografia, que trouxe maior agilidade ao processo de escrituração. Na década de 1980 houve uma crescente demanda em relação à tecnologia que trouxe uma informatização com microcomputadores e *softwares*. Com a escrituração eletrônica, não é mais necessárias grandes máquinas, tendo tudo à palma da mão.

Este trabalho tem a importância de gerar conhecimento para os interessados no tema e que queiram subsídio científico para demonstrar a evolução da profissional da Contabilidade e como a tecnologia tem auxiliado por meio de seus sistemas nas organizações, como também garantir ao meio acadêmico fonte de informação sobre o assunto abordado. Com o passar das décadas o governo brasileiro foi percebendo um crescente índice de irregularidade e informalidade nas empresas, tendo com isso um número expressivo de sonegação fiscal, perdendo arrecadações. Diante disso, o governo brasileiro fez a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

2. EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE AO LONGO DOTEMPO

Toda profissão tem como objetivo oferecer a sociedade um serviço que visa contribuir para organização e formação da sociedade e por isso, cada profissão, tem como objetivo oferecer um serviço que busque o bem comum. A contabilidade, assim como em outras profissões, não é diferente, pois o profissional contábil oferece seus serviços não apenas a particulares, mas também as informações emitidas por ele influenciarão a vários usuários, como o governo, proprietários, fornecedores, clientes e toda a sociedade.

Segundo Franco (1996), a contabilidade é um ramo de conhecimento atrelado às ciências sociais aplicadas, que tem como objeto de estudo, o patrimônio e se

preocupa em demonstrar, registrar, controlar a formação e as variações qualitativas e quantitativas que ocorrem no mesmo.

Tem como objetivo controlar o patrimônio, fornecendo informações úteis à tomada de decisões. A contabilidade é considerada uma ciência social, por entender que toda ação humana pode interferir no patrimônio individual ou coletivo, por exemplo, quando ocorre a falência de uma empresa, esse fechamento irá influenciar na economia, afetando a vida do dono, colaboradores, sócios, governo, fornecedores, clientes e investidores.

Essa afirmação se baseia na resolução nº 774/1994 (Conselho Federal de Contabilidade, 1995), que afirma que a contabilidade possui objeto próprio e que busca estudá-lo, partindo de aspectos quantitativos e qualitativos que possibilitaram variações do patrimônio de uma entidade. O exercício contábil é tão fundamental para a saúde da empresa, que é ela quem fornece os relatórios úteis a todos os seus usuários para a tomada de decisões, verificando quais variações ocorreram, qual o melhor momento para a empresa investir, demonstrando quando a entidade está em risco ou em crescimento.

Os profissionais contábeis ou estudantes em ciências contábeis podem encontrar diversos ramos de atuação para o exercício profissional ou uma especialização, como: Auditoria, Contabilidade ambiental, atuarial ou previdenciária, comercial, de custos, financeira, fiscal, gerencial, industrial, hoteleira, tributária, pública, entre outras.

A contabilidade tributária é uma das segmentações das ciências contábeis que tem a finalidade de apurar com exatidão o resultado das operações realizadas durante o exercício social, para conferir a geração de tributos de uma determinada empresa. Para conseguir atingir esse objetivo, através da escrituração fiscal, é preciso analisar, registrar e controlar os fatos administrativos (FABRETTI, 2006).

O papel do profissional em contabilidade é tão importante, que antes mesmo que se constitua uma empresa, é necessário que se tenha um profissional em contabilidade ou alguém que conheça das rotinas burocráticas para realizar a abertura da mesma. Porém, com a presença de um profissional contábil, os responsáveis pela empresa, serão orientados sobre qual a melhor forma societária, tipo jurídico, forma de tributação, irá identificar qual o CNAE no qual a empresa deve se enquadrar, além de sempre estar atento às possíveis mudanças na legislação,

evitando assim, possíveis danos causados no registro indevido para a abertura da empresa.

2.3 Desenvolvimentos do Ensino da Contabilidade

O ensino de contabilidade começou quando a Família Real Portuguesa adentrou ao Brasil e teve grandes percalços, no cenário de pós-guerra e tendo Juscelino Kubitschek surge a primeira graduação de Ciências Contábeis e Atuariais em 22.09.1945 (PELEIAS et al., 2007, p.22).

Atualmente com a expansão da tecnologia e a globalização vários processos contábeis foram se modificando e o contador precisou renovar seus conceitos como também sua forma de trabalho, transformando seu papel dentro das empresas de operador para muitas vezes consultor e auxiliador na tomada de decisão. Tendo reflexo nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis e nas atividades de extensão adequando ao dia a dia da prática profissional.

Antigamente a principal concentração dos cursos de Ciências Contábeis era ter em sua grade um enfoque nos atos e fatos contábeis, escrituração e conceitos e normas, com o passar do tempo surgiu à preocupação do profissional entender os demonstrativos contábeis e, além disso, interpretar atendendo as necessidades gerencias. Com o intuito de formar pensadores fora da caixa e com ímpeto em se atualizar constantemente.

Porém, é visto algumas deficiências nas instituições de ensino como a falta de especialização de do corpo docentes, incentivo ao aluno para a pesquisa acadêmica e o distanciamento da prática com a teoria. Trazer o aluno para os três focos da educação contábil: habilidades práticas das rotinas contábeis, o exame de suficiência e a pós-graduação (FAHL e MANHANI, 2006,p.32).

3. O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O sistema tributário é o conjunto de impostos, contribuições e taxas com que o Governo arrecada recursos para gerir suas atividades básicas, para garantir bens e serviços necessários para a sobrevivência e manter a coletividade com seus serviços imprescindíveis.

A definição de carga tributária pode ser entendida pelo resultado da divisão entre a receita fiscal total e o valor do Produto Interno Bruto de um Estado durante um exercício social. É o valor retirado de forma compulsória da população, como também das empresas para financiar as atividades do Estado, como o direito a escolas, a saúde pública, segurança eficaz, saneamento básico e ao lazer e moradia (TCU, 2013).

Os serviços públicos são necessários para a sociedade, sendo de responsabilidade do Estado em promovê-los, atuando de forma a fazer com que a coletividade seja beneficiada por tais ações que contemplem a todos. Contudo, o custeio de todos esses serviços vem da população através dos tributos pagos.

Tendo uma das cargas mais elevadas do mundo e com isso afetando o ambiente dos negócios, que diante de tantas normas e com uma gama de tributos e alíquotas diferentes, perdem dinheiro sem que nem percebam e tenham prejuízos em seus resultados.

A complexidade do sistema tributário brasileiro se torna caro e ineficiente em vista as ações do Estado, onerando cada vez mais a renda do consumidor, possuindo uma carga excessiva, com vários tributos incidindo sobre uma mesma fonte de recursos. Tendo ainda um fator alarmante, que mostra que as famílias mais pobres tendem a pagar mais impostos, trazendo assim uma desigualdade social (ALMEIDA, 2012).

Com a alta carga tributária que vai além de complexa, para bastante onerosas às empresas que trazem as empresas um grande custo financeiro e também causa bastante insegurança por não saberem se estão de acordo com as obrigações fiscais diante de legislações que se modificam constantemente. (CARNEIRO, 2003)

A sonegação fiscal é a forma de utilizar procedimentos que infrinjam a lei ou o seu regulamento. É a forma do contribuinte se rebelar contra a lei, sendo um ato consciente que busca omitir o imposto devido ou até mesmo retardar o fato gerador (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2013).

De um lado o Estado que depende da arrecadação dos tributos para gerir suas ações e do outro a população insatisfeita e os empresários cada dia mais tendo que fechar as portas sem conseguirem arcar com suas despesas inerentes a atividade, gerando assim com cada vez mais surja sonegações e fraudes no meio

empresarial, em alguns casos o empreendedor nem sabe que está cometendo tal ilegalidade.

Sonegação é qualquer forma de não pagar os tributos devidos por meio de informação errônea por equívoca ou má fé, tanto por pessoas físicas como por pessoas jurídicas, desde a lei 4.729 de julho de 1965 já trata a sonegação fiscal como crime, e depois reforçada pela lei 8.137 de 1990 onde teve estipuladas as suas penalidades que prevê dependendo crime de seis meses a cinco anos, além de multa.

Após a criação da Lei nº 8.137/90, os crimes houve uma separação em crimes materiais, patrimônio e de danos. Essa nova lei trouxe a definição dos crimes contra a ordem tributária, da econômica e nas relações de consumo, abrindo espaço para vários crimes de sonegação fiscal, que também afetam o patrimônio público com a omissão das arrecadações.

4. DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA FISCAL

Com ajuda dos surgimentos de máquinas e desenvolvimento do país e do mundo, a Contabilidade se pôs a atualizar a cada processo, e para a contribuição do mercado, o governo tende a ficar cada vez mais atualizado com o desenvolvimento das empresas para o desenvolvimento do país.

Norteando a visão moderna dos registros contábeis nos dias atuais, no seu mais tecnológico sistema de informação e acompanhamento, tanto dos usuários internos, quanto no recebimento de informações por parte dos empresários, terceiros e ao governo, a Contabilidade está a cada dia buscando novas formas e modelos inovadores pela forma de informações cada vez mais precisas, compreensivas e corretas.

Mesmo com toda essa sistematização, a Contabilidade obteve uma caminhada longa desde o seu surgimento para alcançar seus métodos mais claros e transparentes nas suas exibições de informações. Caminho longo, porém, de um avanço de extrema amplitude. Considerando o fato do surgimento com a tecnologia que nos engloba, a história da Contabilidade abrange leis que mudam com o decorrer de sua trajetória.

A Contabilidade está em constante evolução, sempre adquirindo novas normas e ganhando espaço no mercado. Esse avanço vai deixando de ser apenas

de caráter histórico e passa a ser adotado por um novo conceito socioeconômico e financeiro para a visão do país, pelo seu desenvolvimento nas necessidades de se adaptar a evolução do tempo.

A escrituração contábil de qualquer entidade é de suma importância para a extração de determinadas informações, tanto para tomadas de decisões por parte dos empresários e conferência de usuários internos, quanto para o envio de informações para os usuários externos. Os sistemas de tecnologia têm proporcionado rapidez nas extrações de informações e têm atendido às necessidades dos empresários, do governo e demais usuários. E toda essa informação começa pelos registros dos fatos contábeis ocorridos na empresa (POLONI,2014).

Caracterizada pelo surgimento de máquinas como ajuda no trabalho do contador. Com este recurso a Contabilidade passa a ter uma nova forma de expor as informações. Durante algum tempo, a Contabilidade entra num âmbito mais moderno e tem um impacto profissional, aprimorando-se com processos efetuados em máquina de datilografar comum, adaptação a máquinas de calcular e o preenchimento de formulários em Ficha Tríplice. (MARION,2015).

Segundo Silva e Silva (2016), com a introdução de maquinários, entra em forma uma Contabilidade moderna, onde sua escrituração é feita de forma mecânica, utilizando máquinas de datilografar e processadoras automáticas, onde seus preenchimentos são em fichas separadas ou soltas. Sobre este assunto, Marion (2015) ressalta que esse foi o período onde entra na Contabilidade uma máquina específica, caracterizada por novos tempos mecanizados. Neste período a Contabilidade ganha equipamentos onde os registros se fazem em máquinas específicas para a contabilização.

Mesmo com toda a evolução na escrituração ainda existiam dificuldades na informação, pois a atenção passou a dobrar com a exigência de formação de cadastros e a documentação começou a ficar acumulada em arquivos. A tecnologia da informação com os sistemas da época só tinha cada vez mais a desenvolver e com o tempo os profissionais da época tinham que se atualizar.

4.1 Tecnologia

O mundo digital vem trazendo evolução na história da Contabilidade e em sua forma de registrar os acontecimentos. É visto que com a tecnologia as informações tornaram-se mais completa e mais rápida, até na forma de escriturar, obtendo os mais diversos avanços na informática, processo esse de grande auxílio para a contabilização. (NONATO, 2014).

A Contabilidade, ampliada não só pelo método das partidas dobradas de escrituração contábil é aprimorada pelos sistemas contábeis, que ampliam a visão nas tomadas de decisões. O autor Marion (2015, p. 213) esclarece que “as grandes novidades nesta área são os softwares contábeis, integrados com custos, orçamentos, setor financeiro e setor fiscal, sendo eles de eficientes e simples operacionalização”.

A tecnologia vai se desenvolvendo a medida das necessidades, e com a chegada do sistema de informação eletrônico a nova era é marcada pelo uso do computador (MARION, 2015). Em paralelo com a tecnologia, a Contabilidade se depara com novos horizontes, onde se inicia na década de 1980, onde o crescimento do uso do computador é notado de uma maneira grandiosa. Não só o uso dos computadores fez sucesso, como também a chegada dos sistemas informatizados, onde eram desenvolvidos para diversas áreas, abrangendo muitos interesses e otimizando uma grande descoberta ligada área administrativa comercial, contábil e financeira das empresas. (SILVA e SILVA,2016).

O setor fiscal é uma das áreas que mais ganha com as novas tecnologias, já que são utilizadas desde programas criados especificamente para as operações de registro até programas de consultoria fiscal onde são gerados os relatórios legais e de informação para o Fisco que as empresas necessitam (OLIVEIRA e MALINOWKI, 2017 p.8). Diante disso, a Contabilidade é preenchida diariamente com novos processos informatizados para melhoria dos serviços e hábitos que exigem rapidez e habilidade por parte dos profissionais.

Visto que o setor fiscal é o que mais ganha com os novos processos tecnológicos, aumentando a eficácia, diminuindo o tempo com processos manuais e minimizando horas de escrituração de notas fiscais e análises de verificação de

impostos, obtendo ganhos com tempos para processos gerenciais e de análises de informações.

Por falar em avanço tecnológico é necessário ressaltar a criação do governo da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que veio aprimorar o acompanhamento das operações comerciais e uniformizar os procedimentos, parte que integra a Escrituração Fiscal Digital (EFD). Esses são programas que validam as informações desenvolvido pelos órgãos fiscalizadores e disponibilizado aos contribuintes.

4.3 Sistema Público de Escrituração Digital

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022/07 de 22.01.2007, fazendo parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) constata que os livros e documentos contábeis e fiscais sejam emitidos de forma digital (BRASIL, 2007). Sendo que a lei entrou em vigor em 2009, com ano calendário em 2008 e que o SPED obriga as empresas a gerar e transmitir eletronicamente os livros contábeis para o governo federal obter as informações das operações da empresa.

O início se deve ao projeto da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, o projeto da Escrituração Contábil Digital - ECD e o projeto da Escrituração Fiscal Digital - EFD. Posteriormente, surgem projetos de novos módulos para o sistema público que, com o tempo, veio se modernizando e tornando a escrituração contábil inteiramente digital. Os novos projetos contemplam o Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTE, a Escrituração Contábil Fiscal - ECF, a Escrituração Fiscal Digital Contribuições - EFD entre outros (LOPES e DA SILVA, 2015).

O SPED disponibiliza um programa próprio chamado Programa Validador e Assinado - PVA, onde são gerados os arquivos eletrônicos (BLAU e SILVA, 2014). Para as pretensões deste trabalho, apresentam-se algumas características do SPED Contábil Fiscal e da ECD. As implantações do SPED são contínuas, o governo brasileiro editou a Instrução Normativa nº 787/07, promovendo alterações neste sistema de informações e, a partir do ano de 2014, a Instituição Normativa nº 1.422/2013, obrigou que todas as pessoas jurídicas e a elas equiparadas devem apresentar a ECF, entrando em vigor uma nova fase de escrituração (SILVA e SILVA, 2016).

A Escrituração Contábil Fiscal - ECF está substituindo a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, em que se compõe no arquivo digital a apresentação das informações referente à apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Obrigando o seu envio até o último dia útil de julho do ano-calendário posterior ao ano a ser declarado (LOPES e SILVA,2015).

Segundo Lopes e Silva (2015), a nota fiscal eletrônica, caracterizada como Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, com sua emissão e armazenamento eletrônico, substituiu a nota fiscal manuscrita conhecida como Notas Fiscais modelo 1 ou 1-A e também substituindo as notas fiscais do Produtor modelo 4, que eram geradas para contribuintes com inscrição estadual e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. A Escrituração Fiscal Digital - EFD, conhecida como SPED Fiscal, renomeada como EFD ICMS/IPI, foi projetada para emissões de documentos fiscais para interesse do governo. Aquele documento é de emissão obrigatória para todos os contribuintes com incidência nos tributos federais, estaduais e municipais.

É importante lembrar que o SPED não envolve somente a parte fiscal, abrangem, também, outras escriturações, tal como a Escrituração Contábil Digital - ECD, que substituiu a escrituração contábil manual, eliminando a impressão de papéis e incluindo as transmissões de informações em forma de arquivo eletrônicos, com conteúdo sobre balancetes, livros: Diário e Razão e demais demonstrações contábeis, para envio digital obrigatório para os entes federativos brasileiros, conforme Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 787/07, de 19 de novembro de 2007 (DANTAS, 2015).

Com a necessidade da transparência das informações contábeis, o ECD caracteriza-se pela emissão do arquivo para envio gerado em arquivos digitais com a ajuda dos Certificados Digitais da empresa para a realização da validação e carimbo do arquivo digital (BLAU et all, 2014). Segundo os autores, Blau et all (2014, p.28) o arquivo eletrônico contábil é reconhecido por nomes diversos, tais como: Livro Diário Digital, Escrituração Contábil Digital e Escrituração Contábil em forma eletrônica.

As informações são detalhadas, ou seja, por lançamentos individualizados de nota fiscal, mercadoria e tributação. De forma resumida e clara, a EFD abrange as informações referentes a clientes e fornecedores, produtos, unidade de medida de aquisição e inventariada, inventário, tabelas de classificações fiscais, documentos de entrada e saídas por item, informações fiscais/tributárias e apurações de ICMS e IPI (LOPES e SILVA, 2015,p.11).

A Escrituração Fiscal Digital visa transformar o envio das informações dos livros fiscais (Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do IPI e Registro de Apuração do ICMS) do papel pela versão digital. Diante da sua base de dados, será gerado um arquivo de acordo com o leiaute estabelecido, com as informações dos documentos fiscais e outras informações necessárias aos fiscos federais e estaduais de acordo com o período de apuração dos impostos(YOUNG.2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Contabilidade evoluiu numa proporção que mudou totalmente a visão do contador e a escrituração fiscal, como também, todo seu método de trabalho. As máquinas e a forma de emissões e transmissões das informações necessárias para apoio do empresário e do governo trouxeram grandes mudanças e maior transparência daquelas informações.

A Contabilidade, ao alcançar a tecnologia da informação, trouxe transformações físicas e melhorias no uso de sistemas e integrações, novas facilidades e agilidades nos lançamentos e conferências, reduzindo o tempo das realizações das tarefas do profissional contábil, principalmente da escrita fiscal e, conseqüentemente, aumentando os momentos de análises.

Com a antiga Contabilidade manual, os contadores não tinham ampliação documental e de informações para proporcionar auxílio na tomada de decisão dos gestores empresariais. Com o passar dos tempos e surgimentos das máquinas, a Contabilidade foi tomando um rumo em que as tomadas de decisões dos empresários passaram a ser avaliadas por relatórios da Contabilidade, exigindo que a empresa mandasse essas informações para o contador, para serem dados os efetivos resultados.

Conforme citado neste estudo por Oliveira e Malinowku (2017), a Contabilidade é preenchida diariamente com novos processos informatizados para melhoria dos serviços e hábitos que exigem rapidez e habilidade por parte dos profissionais. Resultando que, com a era digital, o surgimento do computador, a história da Contabilidade tomou uma alavancada, passando a ser utilizada através de sistemas. Neste contexto, a tecnologia da ênfase a atual e moderna fase da Contabilidade.

Esta pesquisa identificou que a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED provocou grande impacto na atuação dos profissionais da Contabilidade, em função da adaptação de novas normas e formas de transmissão, surgimentos de novos sistemas, como a Nota Fiscal Eletrônica, a

Escrituração Contábil Digital - ECD, a Escrituração Contábil Fiscal - ECF e a Escrituração Fiscal Digital - EFD.

Em torno do objeto estudado foi possível notar que a Contabilidade sofre diariamente com constantes mudanças, mesmo em sua atualidade informatizada, SPED é a maior prova que as mudanças são contínuas, uma vez que este é se encontra ampliado e atualizado, sempre conforme as necessidades dos usuários e, como também para as necessidades do governo, buscando, entre outros aspectos, aumentar a transparência da escrituração fiscal.

Esta pesquisa cumpriu seu objetivo geral ao abordar sobre a evolução dos registros da escrituração fiscal manual até esses registros utilizando a tecnologia da informação e as conseqüentes transformações dos serviços contábeis. Para tanto, abordou a evolução histórica do modelo de escrituração contábil ao longo dos anos, fazendo exposições sobre a existência da tecnologia e os sistemas de informações atuais.

A pesquisa verificou sobre a Contabilidade Fiscal na era digital nas últimas décadas e a implantação do SPED. Diante todo o exposto, afirma-se que a pesquisa desenvolvida neste estudo encontrou a resposta para o problema proposto, uma vez que demonstrou como os registros dos fatos contábeis e das informações patrimoniais manuais evoluíram para os registros tecnológicos digitais, transformando os serviços contábeis. Como sugestão de futuras pesquisa deste estudo é necessário realizar um estudo aprofundado sobre as necessidades dos profissionais contábeis da área fiscal diante de tanta mudança nas legislações e na economia do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érico. **História da Contabilidade – Do Surgimento aos Dias Atuais.** Mato Grosso do Sul. 20 set. 2012. Disponível em: <https://suficienciacontabil.com.br/2017/09/19/historia-da-contabilidade/>. Acesso em: 12 out. 2019.

BLAU, Aderildo; SILVA, Alan Daniel Pereira da; OLIVEIRA, Jéssica Taine; TRAVESANI, Luzimar; RIOS, Mirivan Carneiro. **A Importância do Sistema Público na Escrituração Digital SPED.** 2014. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2014/importancia_sistema_publico.pdf. Acesso em 17.10.2019.

BRASIL, **Instrução Normativa Receita Federal do Brasil - RFB nº 787 de 19.11.2007.** Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15739&visao=a_notado. Acesso em 05/10/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05/10/2019.

CARNEIRO, M. L. F. **A proposta da reforma tributária.** Unafisco Sindical, 5 set. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade.** Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>. Acessado em 11/08/2019

DANTAS, Inácio. **Contabilidade: Introdução e Intermediária.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 15ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FAHL, Alessandra Cristina. MANHANI, Lourdes Pereira de Souza. As perspectivas do profissional contábil e o ensino de contabilidade. **Revista de Ciências Gerenciais**, Londrina, v. 10, n. 12, p. 25-33, anual. 2006.

FRANCO, Hilário. **Auditoria Contábil.** São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, 2012. 176p. Bibliografia: p.41. ISBN 85-224-3169-8

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Introdutória**. 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, Galthiery Alves; Da SILVA. Antônia Maria, **Evolução do Mundo Digital: As Mudanças das Obrigações Fiscais na Era SPED**, 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj589420.pdf>. Acesso em 06/10/2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 11ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2015

NONATO, Juliana. **Evolução da Contabilidade**. Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/2175/evolucao-da-Contabilidade-a-ciencia-dos-dias-atuais/>. Acesso em 17/10/2019.

OLIVEIRA, Diego Bianchi; MALINOWSKI, Carlos Eduardo. **A Importância da Tecnologia da Informação na Contabilidade Gerencial**. 3º. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

PELEIAS, et al. EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA. **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 37, issue 3, p.19-32, jun. 2007.

POLONI, Waléria Pereira. **Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: A Nova Realidade das Empresas**. 2014. Disponível em: <http://ri.unir.br:8080/xmlui/handle/123456789/910>. Acesso em 03/09/2019

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Sonegação, Fraude e Crimes Contra a Ordem Tributária** Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/noticias/conceitode_sonegacao.htm Acesso em: 01/10/2019.

SÁ, Antônio Lopes de. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 45.

SILVA, Thais S. SILVA. Luiza R. **Relevância da Escrituração Contábil e Fiscal com Ênfase na Evolução do Processo de Informatização**. Disponível em: <http://periodicos.faculdadecathedral.edu.br/revistafacisa/article/view/111>. Acesso em 03/09/2019.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 13